



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR PROJETO DE LEI Nº 1.937, DE 2011

Dispõe sobre a campanha permanente de divulgação da Tarifa de Energia Elétrica e outras providências.

Autor: Deputado Jefferson Campos

Relatora: Deputada Iracema Portella

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.937, de 2011, de autoria do Deputado Jefferson Campos, estabelece que as distribuidoras de energia elétrica sejam obrigadas a divulgar a Tarifa Social de Energia Elétrica, de forma permanente. A divulgação deverá efetuada pelas faturas dos serviços de energia elétrica apresentadas aos consumidores, pelos sites de internet das distribuidoras e por seus postos de atendimento.

O autor justifica sua proposta ressaltando o direito do consumidor de ser bem informado a respeito de seus direitos, para que deles possa fazer uso quando necessário. Acrescenta que a obrigação de informar o consumidor é determinada claramente por resolução da Agência nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

O projeto foi aprovado por unanimidade na Comissão de Minas e Energia.

Nesta Comissão de Defesa do Consumidor, encerrado o prazo regimental de cinco sessões, que decorreu no período de 15/03/2012 a 28/03/2012, o projeto não recebeu emendas.

Cabe-nos, neste momento, analisar a questão no que tange à proteção e defesa do consumidor e ao equilíbrio nas relações de consumo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

II - VOTO DA RELATORA

Este PL tem o mérito de buscar a proteção dos direitos do consumidor brasileiro na medida em que propõe a divulgação ao consumidor do direito à informação sobre produtos e serviços ofertados no mercado. No entanto, recebemos a Nota Técnica nº 6/2012-DGSE/SEE do Ministério de Minas e Energia, cujas informações importantes que desejamos compartilhar neste relatório.

Diz a referida Nota Técnica:

“A Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a tarifa Social de Energia Elétrica, estabelece, no art. 4º o que segue:

‘Art. 4º O Poder Executivo, as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços e instalações de distribuição de energia elétrica deverão informar a todas as famílias inscritas no CadÚnico que atendam às condições estabelecidas nos incisos I ou II do art. 2º desta Lei o seu direito à Tarifa Social de Energia Elétrica, nos termos do regulamento.

Parágrafo único. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL deverão compatibilizar e atualizar a relação de cadastrados que atendam aos critérios fixados no art. 2º desta Lei.’

O artigo 119 da Resolução Normativa ANEEL nº 414, de 9 de setembro de 2010, estabelece, detalhadamente, as informações que devem estar contidas na fatura de energia elétrica.

Conforme dispõe o parágrafo 5º do mencionado artigo:

‘§ 5º Tratando-se de unidade consumidora classificada em uma das Subclasses Residencial Baixa Renda, deve constar na fatura:

*I – a tarifa referente a cada parcela do consumo de energia elétrica; e
II – em destaque, no canto superior direito, que a Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002. ‘*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Os sítios eletrônicos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de Minas e Energia, na rede mundial de computadores, divulgam o direito ao desconto na tarifa de eletricidade para famílias que se enquadrem nos critérios da Lei 12.212/2010.

Ademais, quer seja por meio das faturas de eletricidade, das centrais de atendimento ao cliente, ou das páginas eletrônicas na rede mundial de computadores, é prática comum das distribuidoras de energia elétrica a divulgação do direito ao referido desconto, bem como as formas e os meios para que os consumidores alcancem o benefício tarifário”.

Assim sendo, consideramos que os argumentos acima são muito consistentes e estão bem estabelecidos na Nota Técnica do Ministério de Minas e Energia supracitada, indicando que a matéria objeto da proposição em análise já está suficientemente regulamentada e, por tal razão, somos pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei nº 1.937, de 2011.

Sala da Comissão, em de de 2012

Deputada Iracema Portella (PP-PI)

Relatora